ISSN: 2358-8829

ASSÉDIO MORAL NA PRÁTICA DOCENTE DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE TERESINA/PI: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS NO FAZER PEDAGÓGICO

Carlos Augusto Fernandes de Medeiros[1]

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar, enquanto espaço de formação humana, pedagógica e social, é atravessado por múltiplas relações de poder que influenciam diretamente a prática docente e as condições de trabalho dos profissionais da educação. Nas últimas décadas, tem-se intensificado o debate acerca do assédio moral no trabalho, embora no setor público ainda seja tímido, contrastando com os processos de precarização, intensificação das demandas e adoecimento dos trabalhadores (Barreto e Heloani, 2015; Costa et al., 2024).

No contexto educacional, tais práticas assumem contornos ainda mais complexos, pois incidem sobre uma atividade cujo fundamento ético é o diálogo, o respeito e a emancipação dos sujeitos, além disso, o número de docentes que adoecem ou vivenciam demandas psicológicas tem aumentado silenciosamente, muito em virtude do desconhecimento ou da ausência de um conceito que tipifique esse fenômeno nessa seara de trabalho.

Entende-se assédio moral como a realização de condutas abusivas repetitivas que atentam contra a dignidade, a integridade psíquica e as condições de trabalho do indivíduo (Hirigoyen, 2002). No âmbito da escola pública, essas práticas tendem a manifestar-se de forma institucionalizada, diluídas em processos de gestão autoritária, cobranças excessivas por resultados, silenciamento profissional e desvalorização docente, afetando sobretudo professores em início de carreira ou em posições hierárquicas mais vulneráveis (Santos e Ferreira, 2021; Pereira e Oliveira, 2023).

Sob a perspectiva freireana, tais práticas configuram-se como formas de desumanização, uma vez que negam o princípio ético do respeito ao outro e rompem com

[1]Formado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI; Especialista em Educação Especial e Inclusiva com Ênfase em Gestão pelo Centro Universitário Venda Nova do Imigrante – UNIFAVENI e Pós-Graduando em Psicopedagogia pelo Instituto Sinapses, crllslsb@gmail.com;

ISSN: 2358-8829

a centralidade do diálogo como fundamento da prática educativa (Freire, 1987; 1996). Para o autor, toda relação pedagógica que se estrutura a partir da opressão, do medo e da hierarquização excessiva compromete o caráter emancipador da educação e reproduz mecanismos de violência simbólica no cotidiano institucional.

De modo complementar, Libâneo (2004; 2012) evidencia que a organização do trabalho pedagógico e os modelos de gestão escolar exercem papel determinante na valorização ou desvalorização do professor. Gestões centralizadoras e pouco democráticas tendem a fragilizar a autonomia docente, criando condições propícias ao assédio moral institucional, ao passo que a gestão democrática se apresenta como princípio fundamental para a construção de relações profissionais éticas, participativas e respeitosas, em que todos os lados são ouvidos com o mesmo peso.

Na mesma direção, a pedagogia histórico-crítica de Saviani (2011; 2012) permite compreender o assédio moral como expressão das contradições estruturais do trabalho docente na sociedade capitalista, em que a educação pública é submetida a lógicas produtivistas, metas quantitativas e controle burocrático. Essas condições reduzem o trabalho docente a procedimentos técnicos, esvaziando sua dimensão crítica e intelectual, e favorecem práticas de coerção, culpabilização e adoecimento profissional, em que a autonomia docente é deturpada em detrimento de metas, e mesmo com resultados consistentes, aquele que possui menor influência política, acaba sendo culpabilizado pelas mazelas, enquanto aqueles que não entregam resultados consistentes, por terem influência em determinadas decisões, são protegidos.

Diante desse cenário ainda pouco explorado, justifica-se a importância desse estudo para compreender como está sendo a incursão de professores que entraram recentemente da rede pública de ensino de Teresina-PI e de como se sentem perante as práticas abusivas que vivenciam em sua realidade educacional, interrelacionando experiências que são compartilhadas em ambientes formativos, e que necessitam serem validadas, de forma que o debate seja ampliado e que muitas pessoas possam ter coragem em expressar acontecimentos que por muitas vezes passam despercebidos, seja por desconhecimento do que significa o assédio moral, ou seja por constrangimento.

O objetivo geral desse trabalho é analisar as vivências de professores da rede pública municipal de Teresina-PI à luz do conceito de assédio moral, articulando os relatos empíricos com referenciais teóricos da educação crítica e da sociologia do trabalho docente como Freire, Saviani, Libâneo, dentre outros. A metodologia utilizada neste

ISSN: 2358-8829

trabalho é a qualitativa, que Yin (2016) destaca como a ideal para lidar com condições sociais minoritárias, partindo de uma experiência que estuda o significado da vida real, revelando os conceitos existentes que explicam o comportamento humano, utilizando a técnica de entrevista estruturada com ênfase na História Oral.

A robustez do referencial teórico permite que seja utilizado esse tipo de entrevista, pois esta caracteriza-se pela utilização de um conjunto prévio de perguntas cuidadosamente elaboradas, aplicadas de forma padronizada a todos os participantes, garantindo maior consistência na coleta dos dados e alinhamento com os objetivos da pesquisa, identificando os padrões e diferenciações em torno do objeto pesquisado (Yin, 2016).

Ademais, espera-se que a pesquisa possa contribuir para a problematização das relações interpessoais e institucionais no ambiente escolar, evidenciando como práticas cotidianas, muitas vezes naturalizadas, impactam a dignidade, a prática pedagógica e a permanência dos docentes no serviço público, em que o processo de estabilidade naturaliza a sensação de impunidade para aqueles que praticam essas condutas no cotidiano dos trabalhadores e servidores públicos, evidenciando a dicotomia apontada por Paulo Freire com relação aos trabalhadores da educação.

METODOLOGIA

De maneira a se alcançar os resultados pretendidos, fora utilizada a técnica de História Oral, que nas palavras de Rigotto (1998) é vislumbrada na experiência de vida dos indivíduos, em que se faz um recorte de períodos históricos testeminhados pelo entrevistado, em que se desvela as relações sociais em que ele está inserido. A técnica utilizada aqui, é a dos depoimentos pessoais, que a autora destaca que há o propósito de transformar o relato do entrevistado de acordo com o prisma elegido pelo pesquisador, que por sua vez, o construiu acerca de um estudo teórico minucioso, de forma a aprofundar o conhecimento sobre o estudo elegido.

A entrevista será realizada com dois professores da rede pública de Teresina, que são licenciados em Pedagogia e que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Ambos são oriundos do concurso que foi realizado em 2024 pela prefeitura, e possuem a faixa de 30 anos de idade, em que foi realizada a assinatura de um termo de consentimento, no qual os indivíduos ficaram livres para participar ou não da pesquisa.

ISSN: 2358-8829

O “Professor A” atua na Zona Norte de Teresina, em uma escola da região da grande Santa Maria, já a “Professora B” atua na mesma região, porém leciona em uma escola da Zona Rural da cidade.

Para se atingir o objetivo proposto, foi realizada uma entrevista com os participantes, que para Yin (2016), visa compreender a situação dos indivíduos em uma determinada situação, vislumbrando trazer revelações importantes acerca de um fenômeno do cotidiano e seu autoentendimento sobre as situações que vivenciam perante sua realidade, desvendando as representações e existências presentes na vida real.

Ainda tomando como base o autor, utilizou-se para este presente artigo o método de entrevista estruturada, que consiste em perguntas pré-definidas de acordo com o referencial teórico levantado para se conhecer através dos participantes o que eles pensam e vivenciam acerca da temática, em que se sintam seguros para relatar os acontecimentos que norteiam a vida destes indivíduos, para tanto, foram selecionadas em torno de 8 (oito) perguntas centrais, baseadas no referencial teórico constituído, em que fora utilizado um gravador de voz em um smartphone, e os relatos foram transcritos de acordo com os objetivos pretendidos pela pesquisa.

De forma a preservar a identidade dos participantes, e a sensibilidade presente na temática estudada, utilizou-se a Resolunão nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saude (CNS), que é o balizador em termo de pesquisas que envolvem seres humanos e as Ciências Sociais e Humanas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Assédio moral: fundamentos conceituais

Os estudos acerca do fenômeno que cerceia o conceito de assédio moral eclodiram no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, visando caracterizar os fenômenos que impactam na saúde do trabalhador, centrando-se nos serviços em que a rotatividade do trabalhador era condicionada as suas relações de trabalho, e não a sua capacidade técnica.

A ideia referente a esse conceito fora sistematizada por Marie-France Hirigoyen, sendo amplamente utilizada em diferentes estudos. Para a autora, o assédio moral caracteriza-se por práticas abusivas repetitivas que degradam o ambiente de trabalho e atingem a dignidade do trabalhador, em que:

ISSN: 2358-8829

> Consiste em toda conduta abusiva manifestada por comportamentos, palavras, atos, gestos ou escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade psíquica ou física de uma pessoa (Hirigoyen, 2002, p. 38).

Mediante a definição proposta pela autora, esse conceito permite compreender este fenômeno como um processo contínuo, marcado pela repetição e pela assimetria de poder, elementos frequentemente presentes nas relações escolares, sobretudo no contexto da rede pública, em que a ideia de estabilidade e tempo de serviço cria uma noção hierárquica inexistente, em que é desfavorável aqueles com menor tempo de serviço em um local de trabalho.

Autores brasileiros contemporâneos ampliam essa compreensão ao destacar o caráter institucional do fenômeno, que tem sido cada vez mais presentes no serviço público, sobretudo interrelacionados com as metas que são estipuladas em âmbito nacional. Barreto e Heloani (2015) afirmam que o assédio moral não se limita a conflitos interpessoais, embora este possa ser um catalizador em algumas situações, mas está relacionado à forma como o trabalho é organizado e gerido nas instituições públicas, incluindo a escola, em que a responsabilidade pelo alcance (ou não) das metas estipuladas tendem a centrar-se no mais vulnerável, criando um sistema desestimulador, que perpetua a ideia de fracasso do sistema educacional.

Assédio moral como negação da ética e do diálogo em Paulo Freire

Em uma concepção freireana, o assédio moral pode ser interpretado como uma prática de desumanização e negação da ética na educação, pois o autor advoga por uma ideia de educação que os seus atores trabalhem em sincronia e harmonização. Embora Paulo Freire não utilize explicitamente o termo, sua crítica às relações opressoras permite compreender o assédio como uma forma de violência simbólica no ambiente escolar, pois ele afirma que “qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever (1996, p. 59)

As práticas de humilhação, silenciamento e desqualificação profissional vivenciadas por docentes configuram, portanto, violações éticas incompatíveis com uma educação fundamentada no diálogo e no respeito ao sujeito, e sobretudo conflitam diretamente com a ideia de uma educação que permita a emancipação dos sujeitos e do

ISSN: 2358-8829

servir ao povo, que é o principal mecanismo de organização do serviço público, e é a quem se deve transparência e resolutividade.

Além disso, Freire (1987) destaca que relações de opressão tendem a se reproduzir no cotidiano institucional, e são potencializadas de acordo com a convivência:

> A violência dos opressores instaura uma violência horizontal, na qual os oprimidos passam a exercer entre si a mesma violência que sofrem." (FREIRE, 1987, p. 62)

Essa reflexão contribui para a compreensão do assédio moral entre pares docentes e do silenciamento coletivo nas escolas públicas, embora aqueles que praticam, supostamente defendam de forma verbal a emancipação da educação e lutem pelos direitos coletivos, todavia, reproduzem o mesmo mecanismo de poder que aqueles que combatem em um âmbito menor.

Gestão escolar, organização do trabalho pedagógico e assédio moral em Libâneo

José Carlos Libâneo analisa o trabalho docente a partir da organização pedagógica e da gestão escolar, elementos diretamente relacionados às situações de assédio moral, devido ao poder que é concentrado nesse espaço que está vinculado ao trabalho didático-pedagógico. Para o autor, a desvalorização do professor ocorre tanto nas condições materiais quanto nas relações institucionais, sobretudo quando se evidencia a disparidade de poder.

> A desvalorização do professor expressa-se nas condições de trabalho e nas relações institucionais que fragilizam sua autonomia e reconhecimento profissional (LIBÂNEO, 2012, p. 89).

A gestão autoritária, marcada por controle excessivo e ausência de diálogo, cria condições favoráveis ao assédio moral institucional, em que, mesmo que esteja correto, o docente passa a ser culpabilizado pela maior parte de suas ações, e torna-se alvo fácil dos colegas de trabalho e da comunidade em que está inserido. Para se combater essa desigualdade, Libâneo (2004) defende que a gestão democrática é condição essencial para a valorização docente:

ISSN: 2358-8829

> A gestão democrática da escola pressupõe participação, diálogo e respeito aos profissionais da educação. (LIBÂNEO, 2004, p. 102)

Estudos recentes confirmam essa análise ao apontar que modelos de gestão centralizadores aumentam o sofrimento psíquico dos professores e favorecem práticas de assédio moral por diferentes atores que frequentam o ambiente de trabalho (Silva e Souza, 2022).

Precarização do trabalho docente e assédio moral em Saviani

A pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani permite compreender o assédio moral como expressão das condições históricas e estruturais do trabalho docente, pois o autor trabalha em seu arcabouço pedagógico para uma proposta educacional emancipadora, em que a comunidade e o corpo docente participam democraticamente das ações e que a prática docente é interpretada como o "encontro de iguais", em que todos se ajudam mutuamente para superar a desvalorização docente em um âmbito maior. Para o autor, a precarização da educação pública compromete não apenas o ensino, mas também a dignidade do professor, e que essa desigualdade não apenas é oriunda do sistema político maior, mas começa a partir das pequenas práticas cotidianas.

Saviani (2011, p.45; 2012, p.78) afirma que "quando essas condições são negadas, intensificam-se práticas de controle, cobranças excessivas e desvalorização profissional, elementos associados ao assédio moral institucional" e que levam "a redução do trabalho docente a procedimentos técnicos que comprometem sua dimensão crítica e intelectual".

Dessa maneira, o docente passa a ser estimulado a responder a procedimentos específicos por meio da coação estruturada por um sistema hierárquico pré-estabelecido, que não visa uma educação autônoma, mas sim reprodutora do status *quo*, que marginaliza aqueles que possuem sede de luta por uma educação verdadeiramente emancipadora. Pesquisas recentes indicam que a intensificação do trabalho e a perda de autonomia docente estão diretamente relacionadas ao aumento de casos de assédio moral na rede pública (Pereira e Oliveira, 2023).

Essa perda de autonomia docente, impacta não só nas relações com a gestão escolar, mas também na relação com os alunos e a comunidade, conforme destaca o autor, pois por mais que o profissional possua competência pedagógica, ao perceber que este não

ISSN: 2358-8829

dispõe de trânsito e influência, estes começam também a reproduzir práticas de desrespeito ao profissional, estimulados consciente (ou inconscientemente) pelas condutas realizadas pelo sistema.

Assédio moral docente: contribuições de autores contemporâneos

Estudos recentes reforçam que o assédio moral entre professores é um fenômeno recorrente na escola pública brasileira. De acordo com Santos e Ferreira (2021), o assédio moral docente manifesta-se por meio de cobranças excessivas, desqualificação profissional, ausência de apoio institucional e desvalorização e achinques promovidos pela comunidade e pelos alunos, gerando adoecimento psíquico e afastamentos do trabalho.

Pesquisa realizada por Costa et al. (2024) com professores da educação básica aponta que o assédio moral compromete a prática pedagógica e o clima escolar, impactando diretamente a qualidade do ensino público, em que a busca pela educação emancipadora vira apenas um instrumento de discurso, e não propriamente um instrumento prático, pois pede-se um padrão salarial, de direitos e de valorização incompatível com as práticas que ocorrem em âmbito do chão escolar.

Assédio moral na legislação brasileira, piauiense e teresinense

No Brasil, não há uma lei federal específica que tipifique o assédio moral de forma geral, porém os estados e municípios possuem a autonomia de promulgar suas próprias normas. Dessa forma, o fenômeno é amplamente reconhecido e combatido a partir de dispositivos constitucionais, infraconstitucionais e normativas administrativas, especialmente no serviço público, onde se insere o trabalho docente da rede pública.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 estabelece princípios fundamentais que são violados em situações de assédio moral, como a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho. A dignidade da pessoa humana constitui fundamento da República Federativa do Brasil, assegurando proteção à integridade moral do trabalhador (Brasil, 1988).

Além disso, a Constituição garante o direito à saúde e a um ambiente de trabalho equilibrado, aspectos diretamente afetados pelo assédio moral, e serviço público, o

ISSN: 2358-8829

assédio moral é combatido por meio dos princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade, previstos no artigo 37 da Constituição Federal. Tais princípios orientam a atuação de gestores escolares e dirigentes educacionais no combate a essas práticas que por vezes mostram-se institucionalizadas.

No Piauí e em Teresina não existe uma lei que tipifica a prática de assédio moral, como existe na cidade de São Paulo, por exemplo. O que existe são práticas isoladas de órgãos públicos como o TCE e propostas de leis na ALEPI e na Câmara Municipal de Teresina, que denotam a existência desse fenômeno, porém ainda surgem de forma tímida, comparado as práticas que eclodem diante deste cenário.

Considerações sobre assédio moral de acordo com o que foi analisado a partir da construção teórica

Diante da discussão levantada pelos autores e da pesquisa realizada com relação a legislação que compreende a união, fica claro, que há a existência de práticas abusivas no ambiente de trabalho docente, porém ela possui uma dificuldade de reconhecimento, diferente do âmbito privado, em que muitos casos já foram julgados e monitorados com êxito.

A ideia de estabilidade é positiva para os que são vulneráveis ao serviço público, porém cria uma noção de impunidade aqueles indivíduos que se apropriam da instituição pública e do servir como uma extensão de suas práticas e vivencias pessoais, e apoderam sujeitos que divergem da proposta de uma educação que realmente se faz emancipadora.

Destarte, observa-se que para alcançar uma ideia de educação que faz valer a emancipação do sujeito e que possa fortalecer a prática docente, deve-se ponderar as práticas que ocorrem a partir de um âmbito menor, de maneira que o profissional possa se sentir acolhido, reconhecido e ouvido, para que a sua prática docente possa encher-se de significado, e que a busca pela proposta de uma formação cidadã seja reflexo da conduta diária e não de um discurso mascarado, que demonstra uma coisa e pratica outra, e extermina bons profissionais que não coadunam com uma corporatividade tóxica, que reproduz as mazelas do sistema educacional e se conformam com o insucesso histórico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ISSN: 2358-8829

- **Como deu seu ingresso na escola onde atua, e como foi a recepção por parte da instituição?**

> **Professor A**: "Eu fui lotado na escola [...] em substituição a uma professora antiga para trabalhar no ano de IDEB, então fui lotado no 5º ano. Chegando lá, a professora [...] foi mais lamentada do que a minha entrada na instituição. Os únicos que se adaptaram bem a mudança foram as crianças, embora tivessemos alguns desafios. Logo de cara, a professora que dividia a sala comigo não foi com a minha cara, procurei os outros professores como sugerido pela pedagoga, mas não obtive resposta acerca de como poderia trabalhar. Então, eu utilizei as diretrizes formativas da prefeitura e comecei a elaborar minhas próprias atividades. A professora que dividia a sala comigo tinha mais de 10 anos na escola, ela poderia ter me recepcionado melhor e me auxiliado, e não ter essa rispidez."

> **Professora B**: "Fui lotada na escola [...], situada na Zona Rural, eu já tinha essa experiência pois trabalhei em uma instituição escolar do interior, claro que era diferente, porque era na Educação Infantil. Por ser ano de IDEB, fui colocada em uma turma que tinha muitas dificuldades de aprendizagem, e além disso não tive respaldo dos meus colegas de forma automática, o que dificultou bastante meu trabalho, acredito que por eu ser mais jovem e eles terem anos de experiência na função que exerciam."

- **Até que ponto os desafios que os outros apresentaram impactaram na prática pedagógica que você procurou exercer durante a sala de aula?**

> **Professor A**: "Olha, a questão da professora auxiliar foi ruim, porque ela vivia atrás da pedagoga da escola. Então, ambas meio que trabalhavam com o intuito ali de prejudicar e de misturar a relação do pessoal com o profissonal. Por exemplo, eu era impedido de trocar meus alunos de turma porque a auxiliar queria fazer isso como se eu fosse alguém incapacitado. Ela chegou na reunião pedagógica a me constranger juntamente com a pedagoga, em que o meu jeito de ser afastava as pessoas. Mas a pedagoga e outras pessoas da escola me cortavam em conversas informais como se eu não soubesse o que estava dizendo, por exemplo. Na questão da prática pedagógica em si, as trocas de alunos de turma não consideraram os perfis da turma, e isso prejudicou o meu trabalho na minha disciplina, que era mais complicado. A troca da tarde talvez tenha tido algum sentido. A questão de chamar o psicologo para resolver o conflito dos alunos sem a minha presença, palestras de bullying e outras coisas. Em uma conversa informal entre as duas, elas chegaram a me culpar por conta do desempenho insuficiente de uma aluna, mas na minha área de conhecimento essa turma melhorou os indicadores, eu tenho inclusive os canhotos (papéis) que comprovam isso, enquanto na disciplina dela não houve melhoria. A própria pedagoga chegava a reclamar que diziam que ela fazia perseguição ao professor, mas realmente era isso, e todos que eu conversava e tinha amizade chegavam a essa conclusão, e eu não queria acreditar nisso. As coisas aconteciam a ponto da professora auxiliar colocar cantinho da leitura e as ornamentações da sala de aula sem conversar previamente comigo, como se eu não soubesse o que estava fazendo ali, com o intuito de me constranger, não sei. Inclusive uma das reuniões pedagógicas foi colocada na terça-feira, que era o dia do meu horário pedagógico livre, e isso não foi respeitado. A pedagoga chegou a me responsabilizar pelo baixo indicador da escola, e toda a rede de Teresina foi mal, e minhas turmas foram as que se sairam com melhor desempenho. Acho que isso impactou na falta de respeito dos meninos comigo, e eu não pude ter um desempenho melhor, embora a comunidade e os próprios alunos reconheçam o meu trabalho. Teve um episodio no inicio que me

ISSN: 2358-8829

marcou, que foi o do teste da leitura, em que ela instruiu todos os professores do 3º ao 5º ano, menos a mim. Ela sempre me mandava andar pela escola para dar recado aos outros professores e gritava bastante com as pessoas da secretaria. A professora que me auxiliava, vendo que eu queria meu horário pedagógico na sexta-feira, queria roubar o meu horário e a pedagoga com o intuito de me constranger falou em prego batido e ponta virada."

Professora B: "Tive uma maior dificuldade em lidar com os desafios dos alunos, pois eram meninos que tinham uma leitura dificultosa e um desempenho a ser melhorado. Apesar disso, conseguimos uma evolução, mas ainda assim me senti desgastada e sobrecarregada diante daquele cenário que estava sendo apresentado. Na última aula da formação, eu relatei isso, que era desafiador você ser jovem na educação básica e ter que lidar com muitas coisas."

- **Como é a relação dos demais colegas com você? E a gestão, como você consegue se relacionar?**

Professor A: "Olha, eu tenho até hoje uma boa relação com alguns professores que sairam da escola por conta do contrato. Possuo uma boa relação com os professores do 1º e do 2º ano, e me aproximei um pouco das professoras do 3º ano após a primeira reunião pedagógica, em que me queixei de um distanciamento. Mas não é uma relação tão próxima assim, tenho uma boa relação com alguns professores ali que entraram e com a pedagoga que é responsável pelas series iniciais. Consigo conversar com os diretores, embora a diretora tenha se chateado com algumas queixas minhas em relação a falta de reconhecimento e de não ter aceitado uma advertência, que achei injusta, pois outros professores promoveram o mesmo castigo as crianças e não foram chamados a atenção, e eu fui. Sou acusado pela minha pedagoga de assustar as pessoas com o meu olhar, mas quando eu falo alguma coisa eu sou cortado, inclusive pelo diretor, com quem tenho uma relação um pouco mais próxima, ou o assunto do momento não é condizente ali com o que eu penso da vida. A rispidez vem mais das pessoas do que de mim, um episodio que me marcou foi de uma viagem que fiz, e a professora nova havia me pedido para comprar um queijo para ela, e em uma dessas conversas informais o professor que entrou comigo na escola levantou a hipótese da comida estar envenenada, pois ele associou o queijo a mim. Relatei a gestão quando fui chamado a atenção sobre esse assunto que fora colocado. Eles falam que falta maturidade da minha parte e que preciso ter inteligência emocional. A professora que dividia a turma comigo, tentei me aproximar algumas vezes, e ela de mim, mas infelizmente não houve retorno. Fora que dos outros professores que existe uma questão toda política. A gestão reconhece meu trabalho, embora as minhas iniciativas não sejam divulgadas na rede social da escola com muita frequência, mas a pedagoga me atribuiu algumas notas baixas que julgo ser mais por interesses pessoais do que propriamente pela minha capacidade, pois julgo que não tenho tido um desempenho diferente dos outros professores em sala de aula. A unica pessoa que não converso mesmo é uma professora que me envolvi amorosamente, mas o afastamento partiu dela, não de mim. E a gestão dizendo estar preocupada com minha relação com os colegas, me colocou no 3º ano, mas me colocou para conduzir a turma dela. Eu não entendi, se eles querem me integrar, mas ao mesmo tempo me colocam em situações em que o diálogo é dificultoso. Se não resolvem os comentários maldosos que são atribuidos ao meu respeito. Eu fui um herói diante de tantas adversidades, mas creio que se fosse respeitado, meu desempenho teria sido melhor."

ISSN: 2358-8829

Professora B: “Eu consigo me dar bem com as pessoas da escola, muito embora eu tenha sempre levado algumas advertências sobre o meu desempenho, e tenho sido por vezes sobrecarregada em algumas funções. Mas no geral, tenho buscado apoio e consolo na formação e com alguns colegas que entraram agora, com quem tenho conversado. Acho que fora da escola eu tenho conseguido uma rede de apoio consolidada, mas aqui dentro, o ambiente não tem sido favorecido, mas ainda assim consegui alguns resultados.”

- **Qual a situação que mais te constrangeu no ano letivo de 2025?**

Professor A: “Muitas, mas se eu tivesse que elencar aquela que mais doeu do ponto de vista da relação com os colegas foi a situação em que fui impedido de fazer a festa de fim de ano na piscina, em um local externo. A escola me obrigou a fazer o encerramento dentro da própria instituição escolar, me senti coagido e constrangido, pois tinha mobilizado os alunos e as turmas. Tinha pedido um determinado valor, e a gestão queria que eu não devolvesse uma parte, mas eu devolvi, porque uma parte do valor era destinada ao espaço, e isso foi perguntado pelas próprias crianças. Se não iria ter festa, o correto era devolver, e eu o fiz. Mas foi constrangedor! Coroou com chave de ouro e mostrou ali que eu era um palhaço, pelo menos foi a forma com que me senti. A outra foi a conversa da gestão comigo, em que falaram que eu não teria inteligência emocional, mas descobri que printam minhas conversas de WhatsApp e estão me vigiando, eu falo sobre coisas da minha vida e nem estou citando a escola, e ainda assim fazem essa perseguição sistemática das minhas insatisfações, com o intuito de manchar a minha imagem.”

Professora B: “Quando o resultado de um dos simulados saiu. Todos os professores foram responsabilizados, mas o meu resultado acabou tendo um maior peso para a gestão da escola, que passou a me utilizar de modelo negativo para essas práticas. Foi um choque para mim! Eu fiz um trabalho de remar contra a maré.”

- **Quais foram os desafios apresentados pelas turmas lecionadas, e como você se viu diante do seu desempenho?**

Professor A: “Minha turma da manhã foi a melhor turma que lecionei em toda minha trajetória em talento intelectual. A turma da tarde tinha um grau de indisciplina elevado, e a professora anterior era muito criticada pela escola, como é até hoje. Chegam ao ponto de chamá-la de lenta e de criticar o marido dela por conta da opção religiosa dele. Eu repetia as críticas em relação a turma, mas com o passar o tempo e a conhecendo, percebi que ela não tinha culpa pelo desempenho, já que as crianças tinham carinho e respeito pela trajetória que ela construiu. Felizmente estaremos juntos em 2026 na mesma turma. Porém, não consegui ter resultado com a turma da manhã, por conta do estilo contrastante, e por me recusar a seguir orientações que visavam facilitar desempenho. A tarde, consegui resolver os problemas e desafios de indisciplina, e o apontamento da pedagoga era que a turma tinha nivel para estar em primeiro lugar, e esteve a metade das vezes. O problema é que meu desempenho não foi reconhecido, com a turma da tarde. Mas pela manhã, mesmo com os desafios, não caimos e tivemos algumas conquistas que não estão medidas pelo desempenho do IDEB. Acho que as crianças chegarão prontas no 6º ano em termos de caráter, inteligência e jogo de cintura para lidar com os desafios. Para a escola eu fracassei, para as famílias e a comunidade

ISSN: 2358-8829

acho que tudo deu certo. Era constrangedor chegar na escola e ver os alunos e a escola falando que se comportavam com a professora [...] e comigo não. Eu não usava a máscara que ela utiliza com as crianças, e nem faço questão de prejudicar meus colegas. Por muito tempo fui o mais velho na universidade, e nunca usei este artificio. Inclusive tentaram interferir na minha prática pedagógica, solicitando que eu só passasse atividade do livro didático, quando eu copiava e mastigava os conteúdos, para que os alunos compreendessem melhor, e eles compreendiam e gostavam da minha explicação. Para mim, dar aula é explicar, é uma arte, e não transmitir o que o livro ou a atividade xerocada pede. Nós tivemos notas acima de 7 o ano inteiro e nosso nível de leitura foi a 100 palavras."

Professora B: "Consegui melhorar o desempenho da turma, embora ao mesmo tempo que preparava os meninos, tivesse que alfabetizá-los. Essa série (5º ano) é muito complicada nessa questão, porque se tem muitos conteúdos, mas ao mesmo tempo tivemos um avanço nos níveis de leitura e escrita. Conseguimos aumentar a nota, e saio com essa sensação de dever cumprido."

- **O que você espera para 2026 em termos de desempenho? E o que você teme diante da sua prática pedagógica?**

Professor A: "Me senti rebaixado com a mudança para o 3º ano, será dificil, tanto a questão do diálogo, quanto a questão da convivência, pois passaram que eu não tinha diálogo com outros professores, sendo que os procurei e não tive resposta. Não iria deixar de trabalhar. Mas começo disposto a conversar com as pessoas, a compartilhar e a fazer minha linha pedagógica. Eu quero trabalhar, deu para me livrar de algumas situações, mas infelizmente estarei com a mesma pedagoga, o que me traz um certo receio. Mas como as crianças não tem culpa, irei trabalhar! Pedi para entrar no 2º ano, pois é meu sonho alfabetizar desde a época da universidade, em que contribui com esse processo com sucesso, eu tenho curriculo, mas infelizmente não fui ouvido quanto a isso, porém sou habilitado para trabalhar em qualquer espaço. Na conversa com a gestão, a mesma chegou a querer censurar as minhas postagens, em que não posso utilizar minhas redes sociais para demonstrar insatisfação. Não citei nomes de pessoas e nem da escola. Espero que minha liberdade de expressão seja respeitada. Alguns professores disseram que estavam com medo de eu falar tanto sobre assédio moral, mas imagino que eles saibam que possuem culpa. Eu suponho que tenha sido a pessoa que é casada com a pessoa que concerta o ar-condicionado, eu entendo que há um conflito de interesses que deveria ser revisto na própria instituição escolar e quem sabe um suposto favorecimento."

Professora B: "Vou continuar no 5º ano, apesar de um 2025 desafiador, o 2026 será com menos pressão e acho que irei conseguir melhorar meu desempenho. Eu queria estar no 3º ano ou em alguma série menor, mas há uma particularidade e estou disposta a seguir, espero que com menos pressão daqueles que fazem a escola."

- **Como você reflete as situações que vivenciou no ano de 2025 diante das cobranças de metas, dos colegas e da gestão escolar?**

ISSN: 2358-8829

> **Professor A**: "Acredito que o sistema sempre irá trabalhar com objetivos e alcances e não vamos fugir deles, o debate maior é constante e sempre será levantado, mas acho que não estamos olhando para o debate menor, que são as relações de trabalho no ambiente escolar, para a rispidez de colegas, para os casos de constrangimento que ocorrem. A culpa não é das famílias e nem das crianças, são situações dificeis, mas o próprio ambiente de trabalho é tóxico. Dificulta para aqueles que não aceitam corporativismo, e eu não aceito. Prefiro pagar o preço, paguei na época da universidade e o tempo provou que eu estava correto. Prefiro deixar com o tempo! Se as cobranças e metas forem justas pelo próprio corpo gestor escolar, nós poderemos alcançar os resultados que a prefeitura deseja. Olhamos muito para essas manifestações maiores, e aqueles que pedem melhores condições de trabalho e estão nas ruas causando alarde, infelizmente são aqueles que não se esforçam, ou quando se esforçam, reproduzem o mesmo *modus-operandi* de quem dizem ser o opressor."
>
> **Professora B**: "Ruins! As metas eu nem chego tanto a elencar, mas é dificil você entrar no ambiente educacional e as próprias pessoas desestimularem aqueles que querem entrar para fazer a diferença. Todos nós fomos jovens um dia, é triste e desolador."

- **Na sua percepção, de que forma o sistema influencia nas práticas e vivencias que ocorrem dentro do ambiente escolar?**

> **Professor A**: "O sistema não interfere no comportamento humano, a prefeitura realmente não sabe o que ocorre dentro das escolas. As condutas da escola são locais, são demanda nossa, e que se fossem realmente fiscalizadas, o injusto seria combatido. Não sou a favor da estabilidade, pois da forma que está causa uma sensação de impunidade para aqueles que estão há mais tempo, que se acham os donos da razão e os donos da escola, quando na verdade é o povo que é o dono da escola. São as pessoas e as crianças, e quando elas perceberem isso, vão saber o que ocorre dentro, e o que ocorre dentro é muito grave. Acho que dá para não misturar as duas coisas."
>
> **Professora B**: "Todos nos sentimos pressionados pelas metas, a gestão, nós que estamos na linha de frente, e mesmo os alunos, ainda que eles tenham dificuldades. Acho que o sistema todo tem que mudar e proporcionar melhores condições aos professores, mas também ter um alerta ao que ocorre nas escolas, podendo resguardar aqueles que estão entrando agora. Nós vivemos sob o risco de perder aquele emprego que batalhamos para conquistar, um sonho que queriamos realizar e que estivemos diante de uma grande concorrência. É mais fácil a gente perder isso do que manter, e somos vulneráveis diante daqueles que já estão na escola, na rede pública."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os relatos apresentados pelos participantes, articulando-os com o estudo teórico apresentado, faz-se necessária e urgente a discussão sobre o assédio moral no serviço público. Embora esse debate tenha ganhado força nos últimos anos, este concentra-se apenas no âmbito do trabalho privado, sendo ainda uma temática sensível ao serviço público, que preserva apenas a noção de estabilidade.

ISSN: 2358-8829

Por mais que exista foruns para discussão, a ausência de uma legislação sobre a temática e a hierarquia de poder, acaba sendo prejudicial ao trabalhador que está começando no ambiente escolar, que é sujeito a processos avaliativos, que nem sempre são justos e condizentes com aquilo que ele produz, embora se estruturem mecanismos para isso. Além disso, observa-se uma avidez e ojeriza daqueles que estão há mais tempo no serviço público, que querem atribuir um peso maior aos desafios aqueles que estão iniciando as suas trajetórias, e inconscientemente reproduzem um conformismo de fracasso educacional, que predomina as narrativas existentes.

Embora o sistema adotado pela União, Estados e Municípios seja predatório, com o estabelecimento de metas mediante compensação financeira, números de indicadores e notas que nem sempre refletem uma real qualidade educacional, além da desvalorização docente, que persiste em condições insalubres de trabalho, é injustificável e inadimissível que se crie um ambiente de conflito e de adoecimento para aqueles que estão iniciando no serviço público, É inadimissível as políticas de perseguições e de constrangimento diante dos docentes, sobretudo aqueles que estão iniciando sua trajetória na rede pública de ensino e que possuem muito a contribuir.

Observa-se também, que há uma consciência dos mais antigos quanto a direitos, mas ao mesmo tempo, há uma prática involuntária e sistemática de reprodução do sistema opressor que é o estado, que acaba promovendo condições insalubres de trabalho, quando o foco deveria ser a união, e não a competitividade e a separação. Entende-se que diferentes gerações percebem a educação de maneiras distintas, o que é natural pelas mudanças e evoluções, e essa compreensão deve ser respeitada.

Destarte, conclui-se que esse trabalho pode ser o pontapé inicial para se compreender as situações constrangedoras que ocorrem dentro do âmbito escolar da rede pública, pois é possivel que ocorram casos similares ao dos dois professores citados, e que por conta da omissão do *status quo* e da União quanto a um posicionamento e quanto a promulgação da legislação, muitas pessoas acabem desenvolvendo condições insalubres de saúde e distanciamento da educação, o que faz com que esse ambiente seja desestimulador, quando na verdade a educação precisa de união e renovação, e não de disputa, competitividade e toxicidade em suas práticas, quando na verdade o docente já é marginalizado pelo sistema maior.

Palavras-chave: Assédio Moral; Prática Docente; Rede Pública; Educação

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BARRETO, Margarida; HELOANI, Roberto. **Assédio moral nas organizações**. *Revista Psicologia Política*, v. 15, n. 34, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde**. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF. 2016. Disponível em: https://www.gov.br/conselho nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no 510.pdf/view. Acesso em: 27 jan 2026.

COSTA, L. M. et al. **Assédio moral e trabalho docente na educação básica**. *Revista Brasileira de Educação*, 2024.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia do oprimido***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia da autonomia***. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HIRIGOYEN, Marie-France. ***Assédio moral: a violência perversa no cotidiano***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos**. *Organização e gestão da escola.*** Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. ***Adeus professor, adeus professora?*** São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, R.; OLIVEIRA, A. **Trabalho docente e assédio moral institucional**. *Educação & Sociedade*, 2023.

RIGOTTO, R.M. **As Técnicas de Relatos Orais e o Estudo das Representações Sociais em Saúde**. Ciência & Saúde Coletiva: Rio de Janeiro, 1998.

SAVIANI, Dermeval. ***Pedagogia histórico-crítica***. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. ***Escola e democracia***. Campinas: Autores Associados, 2012.

SANTOS, M.; FERREIRA, J. **Assédio moral e adoecimento docente**. *Revista Educação em Debate*, 2021.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** Tradução: Daniel Bueno – Porto Alegre: Penso, 2016.